Vol. 0, nº 164 sexta-feira, 26 de julho de 2024 · ISSN 3086-9293

OBSERVATÓRIO

EVOLUTA

Notícias e análises da administração pública evoluta.adm.br/observatorio

INSIGHTS E IDEIAS DE BOA GESTÃO

Capacitação em licitações: A importância do estudo contínuo para servidores em ano eleitoral

Em um cenário de constantes mudanças legislativas e desafios adicionais impostos pelo período eleitoral, a capacitação contínua dos servidores públicos em matéria de licitações torna-se não apenas importante, mas essencial. Este artigo explora a crucial necessidade de estudo contínuo para…



Imagem ilustrativa

NESTE NÚMERO

Capacitação em licitações: A importância do estudo contínuo para servidores em ano eleitoral 1

Prazos e expediente 5

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 164
00164 >
9 773092 900008

Em um cenário de constantes mudanças legislativas e desafios adicionais impostos pelo período eleitoral, a capacitação contínua dos servidores públicos em matéria de licitações torna-se não apenas importante, mas essencial. Este artigo explora a crucial necessidade de estudo contínuo para servidores envolvidos em processos licitatórios, especialmente durante o ano eleitoral, oferecendo insights sobre as boas práticas e estratégias de capacitação.

1. O Cenário Atual das Licitações Públicas

1.1 Evolução Legislativa

O campo das licitações públicas no Brasil tem passado por significativas mudanças nos últimos anos. A implementação da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) trouxe uma série de inovações e desafios para os servidores públicos. Algumas das principais mudanças incluem:

Novas modalidades de licitação, como o diálogo competitivo
Ênfase no planejamento das contratações
Introdução de mecanismos de governança nas contratações públicas
Novas regras para contratação direta

1.2 Complexidade dos Processos

Os processos licitatórios têm se tornado cada vez mais complexos, exigindo dos servidores um conhecimento multidisciplinar que abrange:

Legislação específica de licitações e contratos
Noções de direito administrativo e constitucional
Conhecimentos técnicos sobre o objeto da contratação
Habilidades em gestão e planejamento
Compreensão de aspectos econômicos e financeiros

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 164 (26 jul. 2024)

2. O Ano Eleitoral e seus Impactos nas Licitações

2.1 Restrições Legais

O ano eleitoral traz consigo uma série de restrições e cuidados adicionais que impactam diretamente os processos licitatórios:

Limitações à transferência voluntária de recursos
Restrições à publicidade institucional
Cuidados especiais com inaugurações de obras públicas
Maior escrutínio sobre contratações que possam influenciar o pleito

2.2 Aumento do Escrutínio Público

Durante o período eleitoral, há um aumento significativo no escrutínio público sobre as ações governamentais, incluindo as licitações:

Maior atenção da mídia às contratações públicas
Aumento no número de denúncias e representações aos órgãos de controle
Intensificação da fiscalização por parte do Ministério Público e Tribunais de Contas
Maior engajamento da sociedade civil no acompanhamento das licitações

3. A Importância da Capacitação Contínua

3.1 Atualização Constante

A capacitação contínua é essencial para que os servidores possam:

Manter-se atualizados sobre as mudanças legislativas
Compreender as novas interpretações jurisprudenciais
Adaptar-se às inovações tecnológicas nos processos licitatórios
Aprimorar constantemente suas habilidades e conhecimentos

3.2 Mitigação de Riscos

O estudo contínuo ajuda a mitigar riscos associados aos processos licitatórios:

Redução de erros procedimentais
Menor vulnerabilidade a questionamentos legais
Melhor capacidade de justificar tecnicamente as decisões tomadas
Maior segurança na condução dos processos em períodos sensíveis, como o eleitoral

3.3 Eficiência e Economicidade

Servidores bem capacitados contribuem para:

Maior eficiência na condução dos processos licitatórios
Melhor capacidade de negociação, resultando em economia para o erário
Redução no tempo de tramitação dos processos
Melhoria na qualidade das contratações públicas

4. Estratégias de Capacitação em Licitações

4.1 Cursos e Treinamentos Formais

Instituições podem oferecer ou incentivar a participação em:

Cursos de especialização em licitações e contratos
Treinamentos específicos sobre a Nova Lei de Licitações
Workshops sobre temas específicos, como elaboração de termos de referência
Seminários sobre as particularidades das licitações em ano eleitoral

4.2 Aprendizagem Online

O uso de plataformas de e-learning pode ser uma estratégia eficaz:

Cursos online oferecidos por instituições especializadas
Webinars sobre temas específicos de licitações
Podcasts e videoaulas sobre atualização legislativa
Fóruns de discussão online para troca de experiências

4.3 Grupos de Estudo

A formação de grupos de estudo internos pode ser muito produtiva:

Discussão de casos práticos enfrentados pela instituição
Análise conjunta de novas legislações e jurisprudências
Compartilhamento de experiências e boas práticas
Preparação coletiva para desafios específicos do ano eleitoral

4.4 Parcerias com Instituições de Ensino e Órgãos de Controle

Estabelecer parcerias pode trazer benefícios significativos:

Programas de capacitação customizados com universidades
Treinamentos oferecidos pelos Tribunais de Contas
Participação em eventos promovidos pelo Ministério Público
Intercâmbio de conhecimentos com outras instituições públicas

5. Temas Prioritários para Capacitação em Ano Eleitoral

5.1 Legislação Eleitoral e Licitações

É crucial que os servidores compreendam:

As restrições impostas pela Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997)
O impacto do calendário eleitoral nos processos licitatórios
As condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral
As exceções às restrições e como aplicá-las corretamente

5.2 Planejamento de Contratações

O planejamento ganha ainda mais importância em ano eleitoral:

Elaboração do Plano Anual de Contratações considerando o calendário eleitoral
Técnicas de priorização de contratações essenciais
Análise de riscos em contratações durante o período eleitoral
Estratégias para garantir a continuidade de serviços essenciais

5.3 Transparência e Controle Social

A transparência é fundamental em ano eleitoral:

Técnicas para aprimorar a transparência ativa nas licitações
Gestão de pedidos de acesso à informação relacionados a contratações
Estratégias para promover a participação social nos processos licitatórios
Uso de tecnologia para aumentar a transparência das contratações

5.4 Gestão de Contratos em Transição de Governo

É importante preparar-se para possíveis mudanças de gestão:

Técnicas para documentação adequada dos processos em andamento
Estratégias para garantir a continuidade de contratos essenciais
Preparação de relatórios de transição sobre licitações e contratos
Adaptação a possíveis novas diretrizes de gestão pós-eleição

6. Desafios na Implementação de Programas de Capacitação

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 164 (26 jul. 2024)

6.1 Restrições Orçamentárias

Muitas instituições enfrentam limitações de recursos:

Busca por alternativas de baixo custo, como parcerias e cursos online gratuitos
Priorização de temas mais críticos para otimizar os recursos disponíveis
Desenvolvimento de materiais de estudo internos
Incentivo à multiplicação do conhecimento entre os servidores

6.2 Resistência à Mudança

Alguns servidores podem resistir à ideia de capacitação contínua:

Desenvolvimento de estratégias de sensibilização sobre a importância do estudo contínuo
Criação de incentivos para participação em programas de capacitação
Demonstração clara da aplicabilidade prática dos conhecimentos adquiridos
Promoção de uma cultura organizacional que valorize o aprendizado constante

6.3 Conciliação com a Rotina de Trabalho

O desafio de equilibrar capacitação e demandas diárias:

Implementação de programas de educação à distância com horários flexíveis
Incorporação de momentos de estudo na rotina de trabalho
Desenvolvimento de materiais de consulta rápida para uso no dia a dia
Criação de um banco de horas para atividades de capacitação

7. Mensuração dos Resultados da Capacitação

7.1 Indicadores de Desempenho

É importante estabelecer métricas para avaliar o impacto da capacitação:

Redução no número de erros procedimentais em licitações
Diminuição no tempo médio de tramitação dos processos licitatórios
Aumento na economia gerada pelas contratações
Redução no número de questionamentos ou impugnações aos editais

7.2 Avaliação de Aprendizagem

Métodos para verificar a efetividade da capacitação:

Aplicação de testes de conhecimento antes e após os treinamentos
Realização de estudos de caso para avaliar a aplicação prática dos conhecimentos
Feedback dos gestores sobre o desempenho dos servidores capacitados
Autoavaliação dos servidores sobre a melhoria em suas competências

7.3 Impacto Organizacional

Avaliar como a capacitação afeta a instituição como um todo:

Melhoria na qualidade das contratações realizadas
Aumento na confiança dos fornecedores nos processos licitatórios da instituição
Redução em apontamentos negativos em auditorias de órgãos de controle
Melhoria na percepção pública sobre a eficiência e integridade da instituição

8. Implementação Prática de Programas de Capacitação

8.1 Diagnóstico de Necessidades

Antes de iniciar qualquer programa de capacitação, é crucial realizar um diagnóstico detalhado:

Levantamento das principais dificuldades enfrentadas pelos servidores em licitações
Identificação de lacunas de conhecimento em relação à nova legislação
Análise de erros recorrentes nos processos licitatórios
Avaliação das demandas específicas relacionadas ao ano eleitoral

8.2 Elaboração de Plano de Capacitação

Com base no diagnóstico, deve-se elaborar um plano de capacitação abrangente:

Definição de objetivos claros e mensuráveis
Estabelecimento de cronograma de atividades
Seleção de metodologias de ensino adequadas ao público-alvo
Previsão de recursos necessários (financeiros, humanos, tecnológicos)

8.3 Parcerias Estratégicas

Buscar parcerias pode ampliar as possibilidades de capacitação:

Convênios com instituições de ensino superior
Cooperação técnica com outros órgãos públicos
Parcerias com associações profissionais da área de licitações
Colaboração com empresas especializadas em treinamento corporativo

9. O Papel da Tecnologia na Capacitação

9.1 Plataformas de E-learning

A tecnologia pode ser uma grande aliada na capacitação contínua:

Utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA)
Desenvolvimento de cursos online interativos
Criação de bibliotecas digitais com materiais de estudo
Implementação de sistemas de avaliação online

9.2 Aplicativos Móveis

O uso de smartphones pode facilitar o acesso ao conhecimento:

Desenvolvimento de apps com conteúdo sobre licitações
Criação de quizzes e jogos educativos sobre legislação
Notificações push com atualizações legislativas
Fóruns de discussão mobile para troca de experiências

9.3 Inteligência Artificial e Machine Learning

Tecnologias avançadas podem personalizar a experiência de aprendizagem:

Sistemas de recomendação de conteúdo baseados no perfil do servidor
Chatbots para esclarecimento de dúvidas sobre licitações
Análise preditiva para identificar áreas que necessitam de mais atenção na capacitação
Simulações avançadas de processos licitatórios

10. Preparação para o Futuro das Licitações

10.1 Tendências Emergentes

A capacitação deve também abordar tendências futuras:

Licitações sustentáveis e critérios ambientais
Uso de blockchain em processos licitatórios
Inteligência artificial na análise de propostas
Compras públicas para inovação

10.2 Habilidades do Futuro

Além do conhecimento técnico, é importante desenvolver habilidades

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 164 (26 jul. 2024)

complementares:

Análise de dados e big data em licitações
Gestão de riscos em contratações públicas
Negociação e resolução de conflitos
Ética e compliance em compras governamentais

Conclusão

A capacitação contínua em licitações é um investimento essencial para qualquer instituição pública, especialmente em um ano eleitoral. O cenário de constantes mudanças legislativas, somado às particularidades e desafios do período eleitoral, torna imperativo que os servidores estejam sempre atualizados e preparados para conduzir processos licitatórios de forma eficiente, transparente e em conformidade com a lei.

O estudo contínuo não apenas mitiga riscos e aumenta a eficiência, mas também contribui para a construção de uma administração pública mais profissional e capaz de atender às demandas da sociedade. Em um ano eleitoral, quando o escrutínio público se intensifica, servidores bem capacitados são fundamentais para garantir a continuidade e a integridade dos processos de contratação pública.

As estratégias de capacitação devem ser diversificadas, incluindo desde cursos formais até grupos de estudo e aprendizagem online, sempre adaptadas à realidade e às necessidades específicas de cada instituição. É crucial que a capacitação seja vista não como um custo, mas como um investimento que traz retornos significativos em termos de eficiência, economia e qualidade das contratações públicas.

Por fim, é importante lembrar que a capacitação em licitações não é apenas uma questão de cumprimento legal, mas um compromisso com a qualidade na gestão pública. Servidores bem capacitados são mais confiantes, eficientes e capazes de tomar decisões fundamentadas, mesmo em situações de pressão ou complexidade, como as que frequentemente ocorrem durante o período eleitoral.

À medida que avançamos para um futuro de crescente complexidade nas contratações públicas, com novos desafios tecnológicos, ambientais e sociais, a capacitação contínua se torna não apenas uma opção, mas uma necessidade imperativa. As instituições que investirem consistentemente na capacitação de seus servidores estarão melhor posicionadas para enfrentar esses desafios, garantindo não apenas a conformidade legal, mas também a inovação e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

O ano eleitoral, longe de ser um obstáculo, deve ser visto como uma oportunidade para reforçar o compromisso com a capacitação e o aprimoramento contínuo. É nesse período de maior atenção pública que os servidores têm a chance de demonstrar seu profissionalismo e competência, contribuindo para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Em última análise, a capacitação em licitações, especialmente em ano eleitoral, não beneficia apenas os servidores e as instituições, mas toda a sociedade. Ela contribui para contratações mais eficientes, transparentes e alinhadas com o interesse público, reforçando os pilares da democracia e da boa governança.

Portanto, é fundamental que gestores públicos, servidores e instituições de ensino trabalhem em conjunto para promover uma cultura de aprendizado contínuo no serviço público. Somente através desse compromisso coletivo com a qualidade e o conhecimento poderemos construir uma administração pública mais eficiente, ética e capaz de atender às crescentes demandas e expectativas da sociedade brasileira.

Atualização (outubro de 2026): este texto foi escrito para as eleições municipais de 2024 (as próximas municipais serão em 2028). Em 2026 o país vota em eleições gerais (Presidente, governadores, senadores e deputados; 1º turno em 4/10 e eventual 2º turno em 25/10), sem disputa de cargos municipais. A Lei nº 9.504/1997 segue a mesma, mas, pelo art. 73, § 3º, as vedações de publicidade institucional e de pronunciamento em cadeia de rádio e TV (art. 73, VI, "b" e "c") só alcançam os agentes públicos das esferas cujos cargos estejam em disputa, ou seja, União e Estados em 2026. Já a vedação de transferências voluntárias da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI, "a") vale também em 2026 e atinge diretamente os municípios que recebem esses repasses; ficam ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para obra ou serviço em andamento com cronograma prefixado e os destinados a situações de emergência e de calamidade pública. As licitações seguem normalmente pela Lei nº 14.133/2021, que desde 30/12/2023 é a lei geral de licitações e contratos (a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011, do RDC, foram revogados pelo art. 193, II).

Fontes:
Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), arts. 73, 75 e 77 — planalto.gov.br (planalto.gov.br)
Lei nº 14.133/2021 (arts. 6º, 7º, 8º, 12, 141 e 193) — planalto.gov.br (planalto.gov.br)
Constituição Federal, art. 77 (1º turno no primeiro domingo e 2º turno no último domingo de outubro: em 2026, 4/10 e 25/10) — planalto.gov.br (planalto.gov.br)

Próximos prazos

16/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: eSocial (S-1200, S-1202 e S-1299) e EFD-Reinf)
20/11	Repasse mensal à Câmara (art. 29-A) e limites de gasto do Legislativo (Repasse de novembro de 2026)
30/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: DCTFWeb)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DAIR de outubro/2026)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DIPR do 5º bimestre de 2026)
30/11	13º salário dos servidores municipais (Empregados CLT (Lei nº 4.749/1965, art. 2º): fim da janela do adiantamento (1ª parcela) em 2026)

Datas sujeitas à confirmação no ato de cada ano e na lei local. Calendário completo: evoluta.adm.br/prazos/

EVOLUTA

Eficiência e inovação na gestão.

A Evoluta reúne a Evoluta Assessoria e o Instituto Evoluta e atende prefeituras, câmaras municipais, autarquias, terceiro setor e organizações de políticas públicas, com atuação em mais de 100 cidades, em todos os estados do Brasil.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Gestão Pública & Desenvolvimento Institucional · Projetos & Processos · Escola de Governo · GovTech & Produtos Digitais · Comunicação Institucional & Legislativa · Parcerias & Compras Públicas

SERVIÇOS LIGADOS AOS TEMAS DESTE NÚMERO

Assessoria e Consultoria Legislativa
Assessoria legislativa contínua, em contratação mensal, e consultoria sob demanda: elaboração e revisão de projetos de…

Reforma Administrativa da Prefeitura
Reestruturação do organograma, das competências e das unidades da administração direta e indireta, com elaboração dos…

Estruturação de Projetos Estratégicos
Transformação de demandas organizacionais em projetos com objetivos, escopo, entregas, cronograma, responsáveis e estimativa dos recursos…

WhatsApp
+55 16 3331-5868
Cursos gratuitos
Escola de Governo: 7 cursos on-line com certificado
evoluta.adm.br/ead

OBSERVATÓRIO
EVOLUTA
Publicação diária de notícias e análises da administração pública

EXPEDIENTE

Editor responsável	Matheus Bernardo Delbon
Corpo editorial	Charles Vinícius, Caique Camilo e Gustavo Bispo
Editora	Instituto Evoluta, CNPJ 52.385.606/0001-96. Rua São Bento, 1.271, Centro, Araraquara-SP, CEP 14801-300
Periodicidade	Diária
Este número	Vol. 0, nº 164 (26 jul. 2024)
Redação	observatorio@evoluta.adm.br
ISSN	3086-9293

Número on-line